

PELA OPACIDADE

de Édouard Glissant, in *Poétique de la Relation*
 Tradução: Henrique de Toledo Groke e Keila Prado Costa¹
 Revisão: Claudia Consuelo Amigo Pino

Quando eu apresentava a questão: "nós reivindicamos o direito à opacidade", ou argumentava a seu favor, ainda há alguns anos, meus interlocutores protestavam: "Que retrocesso bárbaro! Como se comunicar com o que não se compreende?". Mas a mesma reivindicação, formulada em 1989 diante de públicos muito diversos, suscitou um interesse novo. Esgotou-se, por ora, a atualidade da questão das diferenças (do direito à diferença).

A teoria da diferença é preciosa. Ela permitiu lutar contra as reduções provocadas, em genética, por exemplo, pela presunção de excelência ou de superioridade de raça. O Sr. Albert Jacquard (*Éloge de la différence*, Éditions du Seuil, 1978) desmontou os mecanismos desta barbárie e mostrou o quanto sua pretensão a um fundamento "científico" foi irrisória. (Chamo de barbárie o retorno e a exasperação de si, tão inconcebíveis quanto suas conseqüências de crueldade.) Ela também permitiu reconhecer, se não a existência, ao menos o direito das minorias que se dispersam na totalidade do mundo, além de defender seu status. (Chamo de "direito" o escape longe das legitimações, ancoradas na posse e na conquista implícita ou resolutamente).

Mas a própria diferença pode ainda revelar uma redução ao Transparente.

Se nós examinarmos o processo da "compreensão" dos seres e das idéias na perspectiva do pensamento ocidental, reencontramos no seu princípio a exigência desta transparência. Para poder "compreender-te" e, então, aceitar-te, preciso levar tua densidade à escala ideal que me fornece elementos para comparações e talvez para julgamentos. Eu preciso reduzir.

Aceitar as diferenças é certamente perturbar a hierarquia da escala. "Compreendo" tua diferença, quer dizer, eu a coloco em relação sem hierarquizar com minha norma. Admito tua existência em meu sistema. Eu te crio novamente. – Mas talvez seja preciso que nós terminemos com a própria idéia escala. Comutar qualquer redução.

Não apenas consentir no direito à diferença, mas, antes disso, no direito à opacidade, que não é o fechamento em uma autarquia impenetrável, mas a subsistência em uma singularidade não redutível. Opacidades podem coexistir, confluir, tramando os tecidos cuja verdadeira compreensão levaria à textura de certa trama e não à natureza dos componentes. Renunciar, por um tempo talvez, a essa velha assombração de surpreender o fundo das naturezas. Seria grandiosa e generosa a iniciativa de inaugurar tal movimento, cuja referência não seria a Humanidade mas a diferença exultante das humanidades. Caduca, assim, a dualidade de pensar em si mesmo e pensar o outro. Qualquer Outro é um cidadão e não mais um bárbaro. O que está aqui está aberto, tanto quanto o de lá. Eu não saberia projetar de um a outro. O aqui-lá é a trama que não trama fronteiras. O direito à opacidade não estabelecerá o autismo, ele fundamentaria realmente a Relação, em liberdades.

Dizem-me então: "o senhor que amontoa tão tranqüilo suas poéticas nas crateras da opacidade, o senhor que afirma ultrapassar tão serenamente o prodigioso trabalho de elucidação executado pelo Ocidente, na verdade fala sobre Ocidente em todo canto do seu

¹ Henrique de Toledo Groke e Keila Prado Costa são estudantes de mestrando da área de Língua e Literatura Francesa da Universidade de São Paulo e membros do grupo *Criação e Crítica*.

pequeno território”. – “E do que o senhor quer que eu fale para começar, senão dessa transparência que pretendeu nos reduzir? Pois se não avanço por aí você me verá logo reduzido a uma criança birrenta, convulsiva e impotente. Eu começo por aí. Ao que concerne a minha identidade, me arranjaré por conta própria”. É preciso dialogar com o Ocidente, que é em si mesmo contraditório (é o argumento com o qual freqüentemente me confronto quando falo das culturas do Uno), e a ele atribuir o discurso complementar de quem quer dar com. E vocês não vêem que nós estamos implicados em seu devir?

Apenas considerem a hipótese de uma Europa cristã, segura de seu Direito, reunida em sua universalidade recomposta, tendo então novamente convertido suas forças em um valor “universal” – compondo um triângulo com a potência tecnológica dos Estados Unidos e a soberania financeira do Japão –, e terão uma idéia do silêncio e da indiferença que cercariam de vácuo, pelos cinquenta anos seguintes (se podemos assim quantificar), os problemas, as dependências e os sofrimentos caóticos dos países do Sul.

Considerem igualmente que do próprio Ocidente são oriundas as variantes que, cada uma a seu tempo, contradisseram seu impressionante itinerário. É nisto que ele não é monolítico, e por isto é preciso certamente que ele se misture. Toda esta questão consiste em saber se isto se dará ao modo das participações ou ao modo das antigas imposições. E mesmo assim, não nos iludiríamos sobre as realidades; apenas colocar a questão já é começar a mudar seus dados.

O opaco não é o obscuro, mas pode sê-lo e ser aceito como tal. Ele é o não-redutível, que é a mais vivaz das garantias de participação e confluência. Nos vemos então longe das opacidades do Mito ou do Trágico, cujo obscuro carregava exclusão e cuja transparência apresentava uma tendência a “compreender”. Há neste verbo *compreender* o movimento das mãos que tomam o entorno e o trazem a si. Gesto de fechamento, quiçá de apropriação. Prefiramos a ele o gesto do dar-com, que cria uma abertura na totalidade.

É preciso neste ponto que eu me explique sobre esta totalidade tanto por mim alardeada. É a própria idéia de totalidade, tal como o pensamento ocidental soberbamente exprimiou, que se encontra ameaçada de imobilidade. Propusemos que a Relação é totalidade aberta em movimento sobre ela mesma. Isto significa dizer que o que subtraímos desta idéia, tal como ela assim se forjou, é o princípio de unidade. O todo não é, neste caso, a finalidade das partes: pois a multiplicidade na totalidade é totalmente uma diversidade. Digamos novamente, de modo opaco: a própria idéia de totalidade é um obstáculo à totalidade.

Já declaramos a força poética da qual pensamos que ela se origina no lugar do conceito assimilador de unidade: é a opacidade do diverso que anima a transparência imaginada da Relação. O imaginário não conduz as exigências restritivas da idéia. Ele prefigura o real sem determiná-lo a priori.

O pensamento da opacidade distrai-me das verdades absolutas, das quais eu acreditaria ser o depositário. Longe de recuar-me no inútil e no inativo, ele relativiza em mim os possíveis de toda ação, sensibilizando-me aos limites de qualquer método. Trata-se de desdobrar o leque das idéias gerais? Trata-se de manter-se tenazmente no concreto, na lei do fato, na precisão do detalhe? Trata-se de sacrificar o que parece menos importante, em nome da eficácia? O pensamento da opacidade me resguarda das vias unívocas e das escolhas irreversíveis.

No que concerne a minha identidade, me arranjaré por conta própria. Quero dizer que não a aprisionarei em nenhuma essência, igualmente atento para não confundi-la em nenhum amálgama. Mas aceito que ela me seja por vezes obscura sem mal-estar, surpreendente sem desapropriação. Os comportamentos humanos têm natureza fractal; tomar consciência deles, renunciar a trazê-los à evidência de uma transparência significa talvez contribuir para atenuar


o peso que exercem sobre todo indivíduo quando este começa a não “com-preender” suas próprias motivações, a se desmembrar desta maneira. A regra da ação (o que chamamos ética, ou o ideal, ou simplesmente a relação lógica) ganharia – em evidência real – em não ser confundida na transparência preconcebida de modelos universais. A regra de toda ação, individual ou comunitária, ganharia em perfazer-se na vivência da Relação. É a trama que dita a ética. Toda moral é utopia. Mas esta moral não o seria senão no caso em que a própria Relação teria afundado numa absoluta desmesura do Caos. A aposta é que o Caos é ordem e desordem, desmesura sem absoluto, destino e devir.

Posso então conceber a opacidade do outro para mim, sem que eu cobre minha opacidade a ele. Não necessito “compreendê-lo” para sentir-me solidário a ele, para construir com ele, para amar o que ele faz. Não necessito tentar tornar-me o outro (tornar-me outro) nem “fazê-lo” à minha imagem. Esses projetos de transmutação – sem metempsicose – são resultados das piores pretensões e das mais altas generosidades do Ocidente. Eles designam o destino de Victor Segalen.

A morte de Victor Segalen não é senão uma resultante fisiológica. Lembramo-nos da confiança que fez, nos últimos dias de sua existência, sobre o abandono de seu corpo, do qual ele não podia nem diagnosticar a doença nem controlar o perecimento. Saberemos sem dúvida, com a ajuda do progresso da medicina e os sintomas reunidos, o que o matou. E sem dúvida pôde-se dizer em seu meio que ele faleceu de uma espécie de falência generalizada. Mas acredito pessoalmente que ele pereceu da opacidade do Outro, da impossibilidade em que se encontrou de perfazer a transmutação que sonhava.

Marcado, como todo europeu de seu tempo, por uma dose considerável, mesmo se inconsciente, de etnocentrismo – mas possuído, mais do que qualquer de seus contemporâneos, dessa generosidade absoluta e incompleta que o impulsionava a realizar-se em outro contexto –, sofreu a contradição maldita. Sem poder saber que a transferência em transparência ia de encontro ao seu projeto, e que, ao contrário, o respeito às opacidades mútuas o teria cumprido, ele heroicamente consumiu-se no impossível de ser Outro. A morte é a resultante das opacidades, e por isso sua idéia não nos deixa.

Por outro lado, a opacidade funda um Direito: isto seria o sinal de que ela entrou na dimensão política. Temerária perspectiva, menos perigosa talvez do que as errâncias a que conduziram tantas certezas e verdades claras, ditas lúcidas. Estas seguranças políticas seriam felizmente contidas em seus transbordamentos pelo sentimento, não da inutilidade de tudo, mas dos limites da verdade absoluta. Como desenhar estes limites sem resvalar no ceticismo ou cair na paralisia? Como conciliar a radicalidade inerente a toda política e o questionamento necessário a toda relação? Somente concebendo que é impossível reduzir qualquer um que seja a uma verdade que não tenha sido gerada pelo próprio indivíduo. Isto é, na opacidade de seu tempo e de seu lugar. A Cidade de Platão é para Platão, a visão de Hegel para Hegel, a cidade do griot² para o griot. Não é proibido vê-los em confluência, sem confundi-los em magma ou reduzi-los um ao outro. Igualmente esta mesma opacidade anima toda comunidade: o que nunca nos uniria, nos singularizando para sempre. O consentimento geral às opacidades particulares é o mais simples equivalente da não-barbárie.

Reivindicamos para todos o direito à opacidade. 

² Poeta, cantor ou músico, depositário das tradições orais na África Ocidental.